Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento

IMAD

Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IMAD
Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP)
Rua Mustafá Saleh Abdo Sater 1150, Parque Alvorada, Dourados-MS, CEP 79 823-469
Fones: (67) 98154-4321, (67) 99190-1919
Facebook: https://www.facebook.com/institutoimad/
Email: vitocomar@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação do IMAD _____ *3*

A estratégia da organização _____ *4*

Principais projetos e prestação de serviços do IMAD _____ *4*

Iniciativas e participações _____ *6*

Apoio à legislação municipal contra a queima da cana 2008-2009 _____ **6**

Seminário sobre o impacto socioambiental e cultural da expansão da cana-de-açúcar _____ **6**

Implantação do Programa Cidades Sustentáveis 2017-2018 _____ **6**

Participação no Núcleo Gestor Participativo para a Revisão do Plano Diretor de Dourados-2020-2021 _____ **7**

Atividades realizadas pelo IMAD em questões indígenas _____ **7**

Parceiros estabelecidos nos 19 anos de existência do IMAD _____ *9*

Referências _____ *10*

Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IMAD
Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP)
Rua Mustafá Saleh Abdo Sater 1150, Parque Alvorada, Dourados-MS, CEP 79 823-469
Fones: (67) 98154-4321, (67) 99190-1919
Facebook: https://www.facebook.com/institutoimad/
Email: vitocomar@gmail.com

Apresentação do IMAD

O Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento, IMAD, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundado em março de 2002, com sede em Dourados-MS, tem como missão a Busca do desenvolvimento sociocultural e econômico visando um equilíbrio na relação ser humano/ambiente, com equidade social, viabilidade econômica e idoneidade ambiental de planos, programas, projetos e processos. Neste intuito, ao longo da sua história, o Instituto tem realizadas atividades variadas como eventos, cursos, programas e projetos em parceria com instituições públicas e privadas.

Além da iniciativa na formação de coletivos socioambientais, com os 3 setores, como a Teia de Agroecologia (2005), em parceria com a Embrapa, associação doe Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul-APOMS, FUNAI, UNIDERP, Universidade Estadual do MS-UEMS, Universidade Federal do MS-UFMS – hoje Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD -, trouxemos para Dourados e região, o processo de estabelecimento do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema, a implantação do primeiro Território da Cidadania, o Território da Grande Dourados e da sua Agência de Desenvolvimento Territorial (ADT), para o desenvolvimento do meio rural, da Agricultura Familiar, envolvendo comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Foi formado o Coletivo Socioambiental Dourados, para discutir as principais demandas do município e região. Foram realizadas audiências públicas, seminários, conferências sobre a Agenda 21 do Estado do Mato Grosso do Sul, sobre os Objetivos do Milênio e, mais recentemente, sobre a Agenda 2030, ou Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS 2030).

Assuntos como gestão socioambiental de recursos naturais, qualidade da água, gestão dos recursos hídricos, condições dos remanescentes florestais, o impacto da queima da cana-de-açúcar no município, na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais, Sistemas Agro Florestais (SAF), Pagamento para Serviços Ambientais (PSA), processos participativos, corredores ecológicos foram pauta desde a fundação do IMAD.

Em 2017, via audiências públicas, o IMAD trouxe o Programa Cidades Sustentáveis-PCS- que facilita, por meio de seus indicadores socioambientais, atrelados aos ODS 2030, a interação entre a sociedade e o executivo municipal e entre este e universidades e organizações não-governamentais, gerando um mapa de desigualdade social para melhor definição de um Plano de Metas, com seus investimentos públicos priorizados.

Em Dourados, o IMAD participa do Conselho Municipal de Meio Ambiente-COMDAM, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR, do Conselho de Desenvolvimento Estratégico de Dourados-CODED, do Núcleo Gestor Participativo da Revisão do Plano Diretor de Dourados-NGP.

Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IMAD
Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP)
Rua Mustafá Saleh Abdo Sater 1150, Parque Alvorada, Dourados-MS, CEP 79 823-469
Fones: (67) 98154-4321, (67) 99190-1919
Facebook: https://www.facebook.com/institutoimad/
Email: vitocomar@gmail.com

A estratégia da organização

A estratégia da organização é dividida em objetivos estratégicos e em fases de implementação.

As fases levam em consideração o amadurecimento da organização e os objetivos estratégicos à longo prazo. Baseado nas finalidades sociais da organização, ciente da visão e atrelado à missão na execução de atividades, estamos nos desenvolvendo de acordo com o método adotado, em fases, são elas:

Como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) o IMAD presta serviços nestas áreas:

- Planos de Manejo de Unidades de Conservação enquadradas ou não no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), do Ministério de Meio Ambiente – MMA.
- Programa e projetos de recuperação ambiental de áreas degradadas (nascentes, várzeas/varjões, córregos, etc.).
- Licenciamento Ambiental (Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença Operacional).
- Procedimentos para implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN.
- Procedimentos para implantação de Reservas Legais.
- Planos de Gestão Agroecológica.
- Planos de Conversão da agricultura convencional para Agricultura Agroecológica.
- Cursos de Educação Ambiental *latu* e *strictu sensu*.

Principais projetos e prestação de serviços do IMAD

Estão entre os principais projetos do Instituto:

O Programa **AMBI-Águas e Matas da Bacia do Ivinhema**, patrocinado via edital nacional pelo programa Petrobras Ambiental, durante 3 anos (2010-2013), por um valor de cerca R$ 750.000,00. Neste programa foram realizados 28 seminários municipais e 1 regional, envolvendo os 3 setores da sociedade em 7 municípios ao redor de Dourados; foram estabelecidos 2 corredores ecológicos, gerado um Atlas didático de 12 municípios, um livro-apostila para educação ambiental, dirigido a professores das redes públicas estadual e municipal, 4 livretos sequenciais pautando as demandas regionais e encaminhando recomendações para cada município participante.

Sob demanda do Ministério do Desenvolvimento Rural, entre os anos de 2004 e 2008, foi estruturado o **Primeiro Território da Grande Dourados**, fundando a Agencia de Desenvolvimento Territorial da Grande Dourados-ADT/GD, com um orçamento de cerca de R$ 40.000,00 para o primeiro ano de trabalhos.

Por meio de processo licitatório junto à Prefeitura Municipal de Dourados, em 2008, o IMAD desenvolveu a **Primeira Fase do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Paragem-PNMP**, a primeira unidade de conservação do município de Dourados. O contrato foi de R$ 20.000,00, durante 4 meses.

Foi desenvolvido e executado por empresa terceirizada o **Plano de Recuperação de Área Degradada da Pedreira São Gerônimo**, da Técnica Viária, com replantio de matas nativas e recuperação de mata ciliar do Córrego Bororó, no município de Dourados. Contrato de R$ 50.000,00, durante 3 meses.

A maioria dos integrantes do IMAD participaram entre os anos 2000 e 2004, da **Avaliação Ambiental Estratégica para o Gás Natural -AAE/GN,** sob coordenação do Prof. Dr. Vito Comar, integrando várias universidades públicas, num projeto da Petrobras-Gás, na Rede Brasil-Gás, para definir, por meio de metodologia própria, o traçado mais adequado para o GASUN – Gasoduto da Unificação, no seu trecho Campo Grande/Goiânia-Brasília - considerando a proposição do Ramal Campo Grande/Dourados -, verificando o potencial de uso do GN neste eixo e as implicações socioculturais, econômicas e ambientais do empreendimento na dinâmica de desenvolvimento da região envolvida.

Numa integração das ciências humanas e biofísicas, a AAE/GN adotou como uma primeira fase o **Diagnóstico Socioambiental da Área de Influência do Gasoduto**, tendo como seu objetivo principal fornecer subsídios à tomada de decisão na definição do traçado mais indicado para o mesmo. Numa segunda fase, seguiram-se, dentro dos Estudos Urbanos, considerações para uma logística regional, incluindo infraestruturas e transportes, em relação ao uso do gás natural e diretrizes de apoio a um **Plano de Complementação Urbana** do município hospedeiro. A terceira fase contemplou a aplicação do Sistema de Analise e Monitoramento Ambiental do Gás Natural ao projeto executivo do gasoduto proposto, elaborada em conjunto com a equipe do Centro de Monitoramento Ambiental para o Gás Natural-GASLAB, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. O livro resultante, Avaliação Ambiental Estratégica para o Gás Natural-AAE/GN está disponível na Editora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS.https://www.ofitexto.com.br/avaliacao-ambiental-estrategica-para-o-gas-natural/p?srsltid=AfmBOoq7QEX38qCnMVM-X2VUDul6CO_V451TFiOLQztL5-Guzvzn9k2e

Iniciativas e participações

Apoio à legislação municipal contra a queima da cana-de-açúcar - 2008-2009

Entre os anos 2007 e 2010 o setor suco energético estava registrando uma onda maciça de crescimento, devido ao aumento no preço internacional do açúcar, sendo que a Índia, um dos maiores fornecedores mundiais junto ao Brasil, vinha apresentando graves problemas de produção em função das pesadas mudanças climáticas. Desta forma, a bacia do Ivinhema, que consta de 25 municípios ao redor de Dourados, estava com a possibilidade concreta de receber mais de 40 usinas suco energéticas (antigas sucroalcooleiras), daí a necessidade de se discutir abertamente esta questão, o que foi realizado por meio de algumas audiências públicas, onde o IMAD trouxe, de forma presencial, 2 peritos da questão para apoiar **a legislação municipal sobre a proibição da queima da cana-de-açúcar** antes da sua colheita, lei que foi aprovada em 2009. Dourados foi o único município do MS que instituiu esta lei municipal.

Seminário sobre o impacto socioambiental e cultural da expansão da cana-de-açúcar

Este seminário sobre o impacto socioambiental e cultural da expansão da cana-de-açúcar focou mais sobre às comunidades indígenas do MS. Com a participação de mais de 300 pessoas de todos os setores envolvidos - incluindo a UFMS, UEMS, EMBRAPA, Biosul, Assomasul, entre outros agentes sociais -, na cadeia da cana-de-açúcar, durante dois dias completos, foi desenvolvido um Manifesto de Intenções dos setores envolvidos, incluindo 7 comunidades indígenas altamente impactadas pela expansão da cultura da cana-de-açúcar.

Este evento teve um desdobramento no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado, com a participação das mesmas entidades e comunidades, resultando em algumas negociações importantes entre os envolvidos.

Implantação do Programa Cidades Sustentáveis 2017-2018

Em 2017, o IMAD trouxe para Dourados o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), por meio de uma série de reuniões públicas na Câmara Municipal da cidade. O PCS oferece aos gestores públicos, diante de tantos desafios enfrentados atualmente pelo poder executivo municipal, uma agenda completa de sustentabilidade urbana organizada em 12 eixos, um conjunto de indicadores, uma ferramenta para a construção do observatório municipal e um banco de boas práticas com exemplos nacionais e internacionais, como referências a serem perseguidas pelos municípios. O

objetivo é sensibilizar e mobilizar as cidades brasileiras para que se desenvolvam de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, um projeto totalmente apartidário.

Cerca de 300 cidades brasileiras são signatárias do Programa Cidades Sustentáveis, cujos atuais prefeitos assumiram publicamente o compromisso com uma gestão pública, focada no desenvolvimento sustentável das suas cidades.

O Programa Cidades Sustentáveis incorpora em seu conjunto de indicadores os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis aprovados pela ONU. Portanto, as expectativas de desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras estarão alinhadas às metas mundiais estabelecidas pela ONU para os próximos 15 anos.

Participação no Núcleo Gestor Participativo para a Revisão do Plano Diretor de Dourados-2020-2021

Visando assegurar a continuidade do processo de planejamento urbano, garantir os processos participativos, educar/informar população sobre planejamento urbano e facilitar a execução de projetos, por prioridades de investimentos públicos e privados e integração de suas ações, o IMAD ofereceu representantes no Núcleo Gestor Participativo (NGP) e na Equipe Técnica Municipal (ETM)para a Revisão do Plano Diretor da cidade, decretado por Lei Municipal em 2003 e que deveria ter sido revisado a partir de 2013, 10 anos depois. Foram realizadas algumas oficinas públicas coordenadas pela Prefeitura Municipal e pela empresa contratada e o IMAD ajudou no contato com as comunidades indígenas e suas lideranças para que elas pudessem participar do processo de definição de demandas e desafios. O processo está em andamento.

Atividades realizadas pelo IMAD em questões indígenas

• Estabelecimento de ***Convênios com o Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA***- para Articulação Territorial do Território da Grande Dourados (Duração 2 anos, valor R$ 60.000,00) e para capacitação e estruturação da sua Comissão de Implantação de Ações Territoriais, envolvendo 11 municípios desta região. Resultado: a Comissão foi implantada e o Território posteriormente definido e empossado, com a inclusão de mais um município, Nova Alvorada, levando o Território a um Total de 12 municípios.

• Estabelecimento de ***Convênios com o Ministério do Meio Ambiente***, via projetos da Carteira Indígena. Resultado: Desenvolvimento de projetos na Reserva Indígena de Dourados (abaixo discriminados).

• Contratos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS- (Duração 12 meses, valor R$ 85.000,00) para o ***Cadastramento das Famílias Nucleares das Terras Indígenas do município de Dourados-MS*** e para o ***Levantamento e Mapeamento das Famílias Extensas das Populações Kaiowa-Ñandéva*** do mesmo município, para oferecer sugestões de políticas públicas indigenistas que respeitem suas características culturais e de organização social do trabalho. O levantamento sócio-político-econômico e territorial explicita as formas de sociabilidade e organização social indígenas (constituição familiar, relações comunitárias, grupos de cooperação, migrações, dentre outros fatores sócio-político-econômico e territoriais). Enquanto o Cadastramento passa a garantir que o acesso destas comunidades ao Cadastro Único e ao Programa Bolsa Família do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome se dê de forma respeitosa e diferenciada. Resultado: Produtos entregues após 12 meses de trabalhos ao MDS e à Prefeitura Municipal de Dourados, via Cadastro Único, com mapa das aldeias, diagramas de parentesco de várias famílias, levantamento de lideranças e seus seguimentos.

• Projeto ***Qualificação em Trabalhos Manuais e Artesanato***, da Carteira Indígena do MMA ” (duração 12 meses, valor R$ 65.000,00), para capacitar 80 mulheres indígenas, que se encontram em situação de miséria, escolhidas pelos agentes de saúde de cada micro região, com filhos desnutridos, que não possuem família extensa próxima e nem terra para produzir alimentos ou outra forma de sustento, na produção de trabalhos manuais típicos dos não índios e artesanato indígena baseado nos saberes tradicionais de sua comunidade e técnicas de aperfeiçoamento dos mesmos através da contratação de profissionais qualificados aumentando assim a possibilidade de comercialização dos produtos. Resultado: O projeto foi desenvolvido ao longo de 12 meses, com todas as 80 mulheres inscritas; foi fundada uma associação de mulheres indígenas, que recebeu 5 máquinas de costura usadas e foram produzidos grande quantidade de redes, bijuteria indígena, peças de tricô, de roupas, cestas e balaios de material reciclado.

• Projeto **Roças familiares (kokue) no Panambizinho**. Dourados, 2008. Projeto do IMAD, financiado pela Fundação Banco do Brasil, dentro do Programa de Trabalho e Cidadania. Projeto 6455. (Duração, 12 meses; valor R$ 180.000,00). Desenvolvimento e apoio à formação de roças familiares para a totalidade das 86 famílias residentes na Terra Indígena Panambizinho. Cada família foi consultada sobre a quantidade de terra que podia cultivar, o tipo de cultivar, a forma de preparo do solo, a forma de combate às formigas cortadeiras, e recebeu um kit de ferramentas.

2014 - 2015:

Diagnóstico Socioambiental de Quatro Terras Indígenas Kaiowa nos municípios de Laguna Caarapã, Antônio João e Ponta Porã ” (duração 12 meses, valor R$ 140.000,00). Parceria com o Ministério Público do Trabalho, mediante um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a empresa Fátima do Sul Agroenergética S.A. – Álcool e Açúcar. Resultado: Cadeira de projetos

dimensionados e orçados para cada uma das 4 aldeias estudadas, que foi dividida em 7 áreas integradas, sendo elas:

• **Produção de alimentos** – roças, quintais frutíferos, hortas, criação de pequenos animais;

• Início de um processo de **comercialização e verticalização da produção**, o que implica em treinamento e capacitação de grupos tarefa para agregar valor aos produtos da terra. Isto envolve, além de cursos e treinamentos, em acompanhamento e monitoramento das atividades e a construção e equipamento de um galpão multipropósito.

• **Instalação eventual de pocilgas**, dependendo da resposta e desempenho das famílias em relação à criação de pequenos animais;

• **Produção de lenha e madeira** para construções, via plantio de eucalipto e/ou espécies nativas de crescimento rápido;

• **Fortalecimento das bases culturais** – construção de casas de reza, associadas a hortas de plantas com propriedades fitoterápicas, seu preparo e uso medicinais;

• **Intervenção ambiental**: recuperação/proteção de nascentes e matas ciliares; cinturões perimetrais de proteção do despejo de agrotóxicos; terraceamento e implantação de curvas em nível para estancar e mitigar processos erosivos; estabelecimento de corredores ecológicos entre remanescentes florestais e matas ciliares; processos de educação ambiental relacionados a estas intervenções;

• **Levantamentos do potencial para produção de artesanato**: estudos de prospecção mercadológica e de capacidade de suporte ecológico para espécies vegetais que ofereçam matéria prima de qualidade, aliados a capacitação em produção (controle de qualidade/quantidade do sistema produtivo) e comercialização.

2020-2022:

Projeto Arajuasa (Benção ao lado do Céu) - Aldeia Bororó: hortas orgânicas, artesanato local, recuperação ambiental, implantação de Sistema Agroflorestal (SAF), capacitação em gestão de projetos socioambientais, construção de Centro de Desenvolvimento Local. http://www.sharingcare22.info/#xl_xr_page_index (página em desenvolvimento).

Parceiros estabelecidos nos 20 anos de existência do IMAD

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
SEMA - Secretaria de Meio Ambiente
FUNAI e FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)
UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados
APOMS - Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul
Instituto Ruhi
IMAM/Prefeitura Municipal de Dourados-MS
Programa Cidade Educadora - Prefeitura Municipal de Dourados-MS
AGRAER- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
PETROBRAS Ambiental
ITAIPU-BINACIONAL
PCS - Programa Cidades Sustentáveis
RIHU – Rede Integrada de Hortas Urbanas
FAV – Fórum de Áreas Verdes Urbanas
NURB – Núcleo de Estudos em Boas Práticas Urbanas
CSAD – Coletivo Socioambiental de Dourados
SIMTED – Sindicato Municipal de Trabalhadores na Educação
CODED - Conselho de Desenvolvimento Estratégico de Dourados

Referências

COMAR, V.; ORTEGA, E. R.; GUSMAN, J.M.F. **Etnodesenvolvimento em terras indígenas**: uma abordagem integradora. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. 306 p.

IMAD – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Diagnóstico socioambiental participativo de Terras Indígenas Kaiowa-Ñandéva visando seu etnodesenvolvimento – ETNOECO**. Dourados, 2015. 111 p. Digitado. Relatório final apresentado ao Ministério Federal do Trabalho.

_____. **Roças familiares (*kokue*) no Panambizinho**. Dourados, 2008a. Projeto do IMAD, financiado pela Fundação Banco do Brasil, dentro do Programa de Trabalho e Cidadania. Projeto 6455.

_____. **Quintais agroflorestais nas Áreas Indígenas Jaguapiru e Bororo**. Dourados, 2008b. Projeto Interinstitucional apresentado à Carteira Indígena do Ministério de Meio Ambiente.

261_____. **Relatório sobre os trabalhos de campo**: levantamento sócio-político-econômico e territorial de famílias indígenas no município de Dourados-MS. Dourados, 2007a.
116 p. Ministério de Desenvolvimento Social. Contrato n. AS-1247/2006-05-08. Ref. de Setor/Escritório: 911.402-6. Ref. BOC: 914BRA3026 – MESA. Controle UNESCO: 470185.

_____. **Programa Kaiowa e Ñandéva para produção de alimentos e práticas de recuperação ambiental na TI Panambizinho**. Dourados, 2007b. 12 p. Relatório final do Projeto de Desenvolvimento com financiamento da Fundação Banco do Brasil.

Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IMAD
Organização da Sociedade Civil de Interesse Publico (OSCIP)
Rua Mustafá Saleh Abdo Sater 1150, Parque Alvorada, Dourados-MS, CEP 79 823-469
Fones: (67) 98154-4321, (67) 99190-1919
Facebook: https://www.facebook.com/institutoimad/
Email: vitocomar@gmail.com